

Turismo e desenvolvimento das regiões do interior A perspectiva dos autarcas*

Manuela Ribeiro⁺
Luís Mergulhão^{**}

1. Introdução

Embora nas últimas décadas o turismo se tenha vindo a consolidar como um dos mais vigorosos sectores da economia nacional, só há bem poucos anos a esta parte o mesmo vem sendo especificamente considerado como meio de desenvolvimento das regiões do interior.

Com efeito, são escassas quando não mesmo nulas, as referências à actividade turística que se encontram nos múltiplos, sucessivos e, na sua grande maioria, inconsequentes, planos e programas mais ou menos estratégicos de desenvolvimento do interior do país elaborados até meados dos anos 80.

Todavia, a partir daquela data e num crescendo notável ao longo da década de 90, a relação entre o turismo e o desenvolvimento destas regiões impôs-se como irrecusável, ganhando rapidamente adesões dos mais variados quadrantes, muito especialmente por parte das instâncias governamentais, desde as cúpulas da Administração Comunitária até aos níveis da governação local.

Tendo como objectivo conferir o peso atribuído pelos autarcas à relação turismo - desenvolvimento das regiões do interior, lançámos em duas regiões distintas do país, Trás os Montes e Alto Alentejo respectivamente, um inquérito de natureza eminentemente exploratória aos presidentes de Câmara, cobrindo a totalidade dos concelhos dos dois distritos que integram a primeira daquelas regiões e os concelhos da designada NUT III Alto Alentejo, num total de 40 municípios.

Neste texto, que não esgota os resultados do estudo levado a cabo, trataremos de apresentar alguns dos dados mais significativos da inquirição realizada. Complementarmente procuraremos também identificar e analisar implicações que deles decorrem, quer em termos da consistência das perspectivas enunciadas, quer, sobretudo, em termos dos condicionalismos que na prática rodeiam a sua concretização.

2. O turismo e o desenvolvimento das regiões do interior na perspectiva dos autarcas

Do ponto de vista económico, pode dizer-se que a região de Trás os Montes e Alto Douro (TMAD) e a sub-região do Alto Alentejo apresentam características, fragilidades e dinâmicas em tudo idênticas às observadas nas demais regiões do interior continental, com indicadores reveladores das dificuldades em reter e/ou atrair população, em atrair e/ou gerar investimento e em se adaptar às novas realidades macro e micro-económicas.

Assim, em ambos os territórios em estudo a actividade económica é caracterizada pelo domínio ainda significativo de um sector agrário escassamente

* Este texto corresponde, no essencial, à comunicação com o mesmo título, apresentada pelos autores ao IV Congresso Português de Sociologia, Fac. de Economia, Coimbra, 17-19 de Abril de 2000.

⁺ Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Dep^o de Economia e Sociologia, Vila Real.

^{**} Universidade da Beira Interior, Dep^o de Sociologia e Comunicação Social, Covilhã.

modernizado, pela grande diversidade intersectorial mas com padrões de inovação e organização pouco competitivos: a estrutura empresarial é fundamentalmente de carácter familiar e dominada por pequenas e mesmo por micro-empresas, não existindo, por isso, uma densidade de rede capaz de promover o aparecimento de um número significativo de empresas consistentes nem de estruturas de apoio às empresas que promovam o seu progressivo amadurecimento.

Este contexto que resumidamente acabámos de traçar representa, em larga medida, o ponto de chegada da história recente das opções políticas tomadas em Portugal em matéria de desenvolvimento, opções que directa e indirectamente acabaram por penalizar todo o interior do país, relegando-o à condição de mero fornecedor de meios, muito especialmente de mão de obra, para a concretização de medidas e iniciativas de crescimento económico polarizadas na faixa litoral que, grosso modo, vai de Braga à península de Setúbal.

O reconhecimento da dimensão e da gravidade dos efeitos induzidos por este modelo de desenvolvimento na dinâmica daquelas regiões e, por extensão, na dinâmica da sociedade portuguesa como um todo, tem vindo a colocar como urgente a necessidade de encontrar formas de suspender e reverter as tendências regressivas que, em maior ou menor grau, têm caracterizado todo o interior do país, TMAD e Alto Alentejo incluídas.

E é precisamente no âmbito da procura de soluções para estas regiões que o turismo tem vindo a ganhar destaque e a suscitar consensos mais ou menos generalizados, quanto aos contributos que pode dar ao seu desenvolvimento, sendo cada vez maior o número dos que o consideram mesmo o motor e a prioridade de tal desenvolvimento, como claramente se infere da leitura dos mais variados tipos de documentos que, ao longo dos últimos anos, foram sendo produzidos a propósito desta temática (CEDRU, 92: 37; ERENA, 95: 168; AMTAD, 97: 36; CCRA, 96: 129).

E em ambas as regiões os números disponíveis para os anos mais recentes sobre os principais indicadores da actividade turística – oferta, procura, emprego, investimento – mostram, realmente, tendências de crescimento que, por sua vez, têm vindo a ser largamente acompanhadas pelo esforço e a acção da Administração Pública, em particular das Câmaras Municipais, na criação de infra-estruturas de apoio e complementares.

Contudo, e apesar desta evolução positiva, o turismo é ainda um sector incipiente e, conseqüentemente, o seu contributo para a base económica das duas regiões, continua a ser modesto.

A incorporação do turismo no debate, na reflexão e sobretudo nos múltiplos esforços de construção de propostas para o desenvolvimento de TMAD e do Alto Alentejo anda, por regra, impregnada de perspectivas e visões de tom predominantemente optimista e confiante sobre o papel do turismo no futuro de ambas as regiões, um argumento que os resultados do inquérito dirigido aos presidentes das respectivas Câmaras Municipais não desmentem.

Com efeito, a pergunta “Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima), que classificação atribui ao turismo para o desenvolvimento socio-económico do seu concelho?”, recolheu as seguintes respostas:

PERGUNTA - “Numa escala de 1 (importância mínima) a 10 (importância máxima), que classificação atribui ao turismo para o desenvolvimento socioeconómico do seu concelho?”

Classificação	Nº DE RESPOSTAS		TOTAL	%
	ALTO ALENTEJO	TMAD		
10	7	12	19	47,5
9	-	2	2	5,0
8	4	1	5	12,5
7	3	6	9	22,5
6	-	2	2	5,0
5	-	3	3	7,5
Total	14	26	40	100

Os dados sintetizados nesta tabela mostram que a generalidade dos autarcas inquiridos atribuem uma importância extrema ao turismo, com cerca de metade dos mesmos a avaliarem-no como a actividade económica mais importante para o futuro desenvolvimento dos seus concelhos.

Estes resultados trazem-nos obrigatoriamente à memória o comentário que um autor sueco, Nils Arell, escreveu a propósito de uma área das montanhas do norte do seu país:

Unusually, politicians in the municipalities all seemed to agree that if everything else proved to be unsuccessful, one could always invest in the tourism industry. This opinion is to some extent still prevalent among municipal authorities ... (Nils Arell, 99: 135)

Por outro lado, e voltando ao inquérito em referência, podemos também afirmar que o teor das justificações que complementam e elucidam as respostas à pergunta acima formulada não deixam grandes dúvidas sobre a confiança, diremos mesmo, o entusiasmo que o binómio turismo / desenvolvimento tem vindo a gerar nestas regiões, de forma muito especial ao nível dos responsáveis pela administração local:

- *...só o aproveitamento [turístico] da paisagem, do património, do ambiente, da gastronomia, pode dinamizar, economicamente, esta área geográfica;*
- *o turismo deve ser a vindima permanente do Douro;*
- *trata-se, de momento, de um sector vital na nossa economia, pois gere postos de trabalho, o que contribui para a satisfação das famílias, uma vez que o rendimento destas aumenta;*
- *...é o sector que mais poderá potenciar todas as outras actividades económicas...deste concelho ;*
- *o turismo...numa zona de montanha como a nossa...é a vertente mais importante da nossa estratégia de desenvolvimento..*

O conteúdo destas apreciações atesta claramente a pertinência do argumento de H. T. Marques (88: 24), quando afirma que *o contributo do turismo como gerador de empregos...e como instrumento de desenvolvimento regional, fazem do sector um daqueles cuja expansão as Câmaras mais ambicionam.*

Mas a apologia do turismo que percorre boa parte das respostas que vimos analisando anda, com muita frequência, associada ao reconhecimento explícito das

limitações estruturais, e não só, que os sectores tradicionais da economia destas regiões do interior apresentam e, por consequência, ao reconhecimento da sua já comprovada escassa aptidão para sustentar dinâmicas de desenvolvimento regional.

➤ *Tratando-se de uma região do interior em que a vertente industrial não tem expressão, só o turismo...*

➤ *A agricultura que, até há bem pouco tempo, era o grande suporte ocupacional das pessoas residentes neste concelho, com a adesão à Europa, entrou em decadência...*

Podemos, assim, dizer que o debilitamento progressivo dos sectores convencionais da economia destas regiões, tem vindo a fazer crescer a tendência para se considerar o turismo como um substituto apropriado, para usarmos as palavras de K. B. Blomgren e A. Sorensen (98: 319).

Justificado, em boa parte, por referência às mudanças de gostos, de motivações e de orientações que a procura tem vindo a revelar, de há uns anos a esta parte, e, bem assim, às rupturas e à saturação da maior parte dos destinos clássicos de *sol e praia*, o optimismo, não raro muito próximo da euforia, que se vem registando à volta do turismo, quer em TMAD quer no Alto Alentejo, baseia-se, antes de mais, na percepção, no reconhecimento e no inventário de potencialidades para o turismo de que ambas as regiões são portadoras .

A invocação de tais potencialidades tornou-se, nos últimos tempos, insistente e obrigatória em textos e discursos a propósito do desenvolvimento das ditas regiões.

➤ *A região de Trás os Montes apresenta inúmeras potencialidades turísticas... (CEDRU, 92: 56 e 277)*

➤ *Este vasto território...representado pela área geográfica da Associação de Municípios de Trás os Montes e Alto Douro, apresenta notáveis potencialidades para o desenvolvimento do turismo. (Quatenaire, 96: 222)*

➤ *As elevadas potencialidades ambientais e recursos naturais, aliadas a um elevado valor paisagístico e cultural.....Um conjunto de recursos turísticos de valor, dispersos em toda a região de TMAD... (AMTAD, 97:18 e 37)*

➤ *O Douro é um recurso turístico fabuloso...não há outro igual no país (Braga da Cruz, 99.12)*

➤ *...Todas as publicações existentes sobre a região,(Alto Tâmega-Barroso) nomeadamente aquelas que são publicadas pelas instituições locais e/ou regionais, apresentam a região como possuidora de um potencial turístico assinalável. (ADRAT, SPIDOURO e Quatenaire, 99: 20)*

➤ *...diversidade de atractivos turísticos, em múltiplas áreas do território (Alentejo)..(CCRA, 96: 111)*

➤ *O crescimento gradual da actividade turística que se tem verificado na Região, é consequência da vasta gama de potencialidades apresentadas pelo Alentejo (MEPAT, 97: 36).*

➤ *O Norte Alentejano dispõe de potencialidades e recursos que constituem factor motivacional de atracção de certas correntes turísticas e que lhe permitem configurar produtos turísticos de elevada qualidade e características fortemente diferenciadoras dos produtos tradicionais (CCRA, 98: 26)*

► sendo as potencialidades dos recursos naturais e culturais por demais evidentes nos concelhos do Norte Alentejano (Silva, Mergulhão et alli, 99: 3).

Os classificativos, quiçá um pouco hipérbolicos, usados pelos autores destas citações, são profusamente reproduzidos pelos autarcas por nós inquiridos, quando falam sobre os recursos e as potencialidades turísticas dos seus concelhos.

Estas potencialidades e recursos turísticos identificados como tais, reportam-se, maioritariamente, à riqueza e qualidade dos elementos do ambiente físico-natural local – as paisagens, os espaços naturais, os rios e as serras, a diversidade e, nalguns casos, a raridade da fauna e da flora, os baixos níveis de poluição atmosférica, acústica, e muitos outros valores ambientais que ninguém, tanto do lado da oferta como do lado procura, tem dúvidas em identificar como o mais poderoso factor de atracção turística de ambas as regiões, como, aliás, de praticamente todo o interior.

Assim, na pergunta “Identifique, p.f., o que considera serem os cinco principais recursos turísticos do seu concelho”, verifica-se que há dois tipos de recursos/potencialidades que são, quase unanimemente, apontados como os grandes “trunfos” para a promoção do turismo nestas duas regiões: o património histórico-cultural e os que podem ser colectivamente referenciados pelo designativo “excelência ambiental”.

E embora os do primeiro tipo recebam, da parte dos autarcas alentejanos, uma frequência de citações percentualmente superior à dos de TMAD, no conjunto das duas regiões os segundos, ou seja, os aspectos ligados ao meio ambiente, recolhem, de longe, o maior número de indicações, com pleno destaque para o que muitos indicaram apenas como paisagem e/ou Natureza.

PERGUNTA - “Identifique, p.f., o que considera serem os cinco principais recursos turísticos do seu concelho”

		1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar	TOTAL
Paisagem / Natureza	TMAD	12	3	1	4	1	23
	N.ALº.	2	2	3	3	1	11
EnPs / Montanha / Caça/ Recursos Naturais	TMAD	4	6	5	-	2	16
	N.ALº.	-	-	1	1	2	4
Termas / Rios / Barragens / Pesca	TMAD	5	4	-	4	2	15
	N.ALº.	3	1	1	1	-	7

Por outro lado, a (pouca) investigação empírica realizada sobre o turismo nestas duas regiões (M. Ribeiro e F. Diniz: 1995; M. Ribeiro, 1998; J. A. Silva, L. F. Mergulhão, et al, 1999) tem vindo a mostrar que também a procura elege estes recursos como o seu mais importante cartaz turístico.

Mas além dos mencionados, os autarcas identificaram também outros recursos, muito embora de forma muito mais pontual e mesmo residual. É o caso, entre outros, da gastronomia, das feiras, festas e romarias, do artesanato, da simpatia e afabilidade dos residentes e da capacidade hoteleira existente.

3. Problematizando as perspectivas dos autarcas

Uma tão estreita vinculação do turismo a recursos do tipo dos acima enunciados, coloca a todos em geral e, mais em especial, aos que por obrigação, por

opção, por necessidade ou apenas por mera curiosidade vêm acompanhando mais de perto a evolução do turismo nestas duas regiões, questões que se cruzam, de maneiras muito diversas, contraditórias até, com o optimismo que perpassa nas respostas dos autarcas sobre os contributos que esperam do sector para o desenvolvimento dos seus concelhos e, por via deles, para as regiões aonde os mesmos se inserem .

Destas questões e por óbvias limitações de tempo, abordar-se-ão apenas a título de exemplo algumas das que mais pertinente e imediatamente interpelam aquele optimismo. Assim, e em primeiro lugar, há-de referir-se o enorme desafio que uma dependência tão directa e ampla do turismo de recursos do meio físico-natural coloca às autarquias, mais em concreto à sua capacidade para implementar medidas e meios de correcção, de travagem e sobretudo de prevenção da deterioração dos mesmos. Neste desafio convergem duas vertentes, unanimemente consideradas como determinantes para o desenvolvimento sustentado do turismo, a saber:

- a que respeita à necessidade imperativa de preservar a qualidade dos recursos naturais existentes para garantir a atractibilidade turística destas regiões e, assim, garantir condições para o desenvolvimento do turismo;
- a que respeita, por outro lado, à necessidade incontornável de prevenir os problemas de degradação ambiental que o próprio desenvolvimento do turismo tende, por regra, a ocasionar.

Para os responsáveis autárquicos, a gestão e a conciliação desta dupla exigência aparecem, na prática, e por força da acção conjugada de uma grande variedade de factores, como terrenos de actuação particularmente difíceis e controversos e, como tais, susceptíveis de vir a pôr em causa as perspectivas dos mais optimistas quanto ao turismo e o desenvolvimento regional.

Dentre os referidos factores, importa mencionar os seguintes:

- as tensões e muito especialmente os interesses variados e não raro conflitivos que se entrecruzam no interior do binómio de imperativos formulado no ponto anterior;
- a complexa e quase sempre desarticulada teia de competências institucionais a operar, quer territorialmente, quer sectorialmente;
- a própria natureza do turismo, o seu carácter de actividade de crescimento rápido, altamente estimulador do *apetito desenfrenado de los agentes economicos que lo interpretan como actividad cuya rentabilidad se alcanza a corto plazo, de manera que los incentivos originales, especialmente el paisaje y los valores culturales, que fundamenan las implantaciones turísticas se van degradando progressivamente a medida que se superan el umbral ecologico de tolerancia das areas afectadas* (H. G. Abad, s/d: 2);
- e por fim, mas igualmente importante, a crónica insuficiência de meios técnicos e financeiros com que se debate a generalidade das Câmaras Municipais do interior.

Por outro lado, sendo tão notória e marcadamente coincidentes, recorrentes mesmo, as respostas dos autarcas quanto à identificação dos principais recursos turísticos dos respectivos concelhos, não podem deixar de suscitar a questão da (in)diferenciação da oferta, questão que é, nos dias de hoje, crucial em termos de competitividade no mercado turístico, por ser certo que, *cada vez mais as correntes turísticas, emanando essencialmente das zonas urbanas, procuram o que é diferente*

e genuíno: diferente por não ser urbano, genuíno por não ser possível encontrar idêntico noutra local (H. T. Marques, 88: 24. Sublinhado nosso).

E, de facto, não parece ser tarefa fácil encontrar, à escala concelhia, factores claramente demarcadores de uma oferta turística distinta e original, como decorre das respostas dos inquiridos a uma outra pergunta do nosso inquérito, em que expressamente se pedia para indicar “o que considera serem os elementos ou os aspectos que diferenciam / podem diferenciar a oferta turística do seu concelho, relativamente a outros da região”.

As respostas obtidas deixam concluir que, afinal, aquilo que existe para oferecer em cada concelho, para além de poder ser considerado como relativamente pouco se comparado com as elevadas expectativas construídas em torno do turismo, recobre aspectos que, salvo raras excepções, como é o caso particular dos concelhos nucleares da RDD e dos que são sedes das capitais de distrito, pouca diferença estabelecem com aquilo que existe noutros concelhos dentro do mesmo espaço geográfico e mesmo noutras regiões do país. E, por isso, a oferta acaba, como acima dizemos, por aparecer como pouco diversificada na sua essência.

Esta ideia vem, aliás, abertamente explicitada na resposta, plena de significado, de um dos autarcas inquiridos, que afirma textualmente o seguinte:

- os recursos turísticos do meu concelho são os mesmos de muitos outros concelhos da região e até do país, mas na Câmara temos consciência de que, no fundo, apesar de serem da mesma natureza, eles são também diferentes, pelo que valerá sempre a pena visitar o nosso concelho (sic).

As dificuldades e problemas que acabámos de identificar constituem, entre muitos outros, indícios muito consistentes dos riscos que a forte tentação (política) por opções, mais ou menos assumidas, do que alguém¹ já designou como “municipalização do turismo” comporta em termos da sua viabilidade, da sua eficácia e, sobretudo, da sua sustentabilidade.

Mas, por outro lado e noutro sentido, podemos também dizer que o facto de os recursos naturais assumirem um tão elevado predomínio na constituição da oferta e nas escolhas da procura turísticas em TMAD e no Alto Alentejo cauciona, em grande medida, o optimismo de grande parte das respectivas administrações municipais em virtude da variedade de respostas, isto é, da variedade de modalidades turísticas, que a partir deles se podem vir a praticar e que actualmente conhecem graus de concretização ainda muito incipientes ou não chegam sequer a existir.

Seja no campo meramente recreativo, da saúde, do desporto e aventura, em domínios de orientação mais formativo-educativa, e outros conhecidos ou por inventar, as possibilidades que os factores do ambiente físico-natural proporcionam são imensas.

Isto torna também imensas as oportunidades e as alternativas económicas que podem vir a construir-se para apoiar e viabilizar a sua concretização, por ser certo que em Portugal, tal como acontece em Espanha, também se constata que *existen grandes sectores de la demanda que podríamos denominar “interesada por el medio ambiente” que está desatendida y que presenta unas potencialidades enormes* (Viñals Blasco, 99: 32).

Na curta listagem a seguir apresentada, sugerem-se algumas pistas sobre formas de concretizar as novas oportunidades empresariais que se abrem no campo da oferta turística de TMAD e do Alto Alentejo, formas que representam, acima de tudo e no essencial, possibilidades novas de reconversão e de aproveitamento para

¹ Benjamim Ferreira, Presidente da Região de Turismo de Alto Tâmega- Barroso, em entrevista ao Fórum da Iniciativa Económica de Trás os Montes e Alto Douro, Chaves, Março de 2000.

fins turísticos e, por conseguinte, de valorização socio-económica de recursos e de actividades já existentes.

As “quintas pedagógicas”, os parques de campismo de Natureza e /ou de montanha, os ecomuseus, os centros e as escolas de interpretação, a realização de percursos ecológicos e de itinerários temáticos, a venda e o aluguer de equipamentos diversos, o ensino e o treino de novas práticas desportivas, incluindo os chamados desportos radicais, os transportes alternativos (charrettes, burros, etc.), a adaptação / aproveitamento de complexos termais para finalidades novas nos campos da saúde, da estética e da cosmética, e muitos outros que estão apenas à espera que alguém os invente.

As repercussões favoráveis que tais iniciativas projectam para o sector do emprego são evidentes, não só pelo número de postos de trabalho que elas podem vir a criar, mas sobretudo pelo carácter inovador e pela qualificação de muitas das profissões que elas suscitam e exigem.

Mas, também aqui a confiança e o optimismo verbalmente formalizados ou apenas implícitos se vêem / podem ver questionados e confrontados por múltiplos factores restritivos.

Estamos a referir-nos, entre outros, às muitas barreiras de carácter institucional que concorrem para dificultar, para cercear até, a viabilização de muitas das iniciativas acima sugeridas, desde os vazios de regulamentação legal – casos das quintas pedagógicas, das actividades de “outdoor” - à rigidez da lei em vigor – caso da legislação sobre a exploração de águas medicinais - à burocracia, à inércia das instituições, ao peso excessivo de centralização institucional, às debilidades financeiras, técnicas, operacionais e funcionais das instituições regionais e locais, à escassez de informação e à sua deficiente divulgação, etc.,

Outros constrangimentos igualmente susceptíveis de limitar o funcionamento e os resultados da actividade turística nestas regiões, capazes mesmo de travar a concretização de iniciativas empresariais no sector, incluem o seu elevado e conhecido *deficit* de capital humano - a rarefação demográfica e empresarial; baixos níveis de qualificação da mão de obra; reduzida capacidade de iniciativa e um diminuto espírito empresarial; fraca capacidade de investimento, técnica e de gestão, etc..

Estes e muitos outros constrangimentos que condicionam o desenvolvimento do turismo em TMAD, no Alto Alentejo e, em geral, no resto das regiões do interior, foram, aliás, identificados pelos autarcas quando inquiridos sobre “os principais obstáculos / estrangulamentos ao desenvolvimento e expansão do turismo no seu concelho”.

E embora por absoluta falta de tempo, não nos possamos deter numa abordagem detalhada das respostas avançadas a este respeito, queremos pelo menos referir que, também no que concerne aos grandes constrangimentos ao desenvolvimento da actividade em estudo, de novo se verifica uma acentuada consonância na forma de repetição dos principais aspectos apontados pelos autarcas das duas regiões.

De sublinhar ainda que boa parte dos problemas que foram adiantados decorre e é reflexo das debilidades e das carências que compõem a situação de atraso e de perifericidade que, genérica e persistentemente, tem caracterizado ambas as regiões e que, como tal, colocam entraves ao seu desenvolvimento em geral e ao do sector do turismo em particular.

Incluem-se neste grupo insuficiências e lacunas que aparecem, muitas vezes, designados como “entraves estruturais”, e que têm que ver mais com uma política de desenvolvimento regional do que com quaisquer estratégias autárquicas de desenvolvimento induzido localmente.

4. Considerações Finais

Os efeitos económicos directos, indirectos e induzidos que gera, as previsões que garantem a continuação do seu crescimento nos anos que se seguem, conjugados com a crescente apetência por parte da procura por destinos diferentes e alternativos e com a multiplicação de Programas Comunitários disponibilizando apoio técnico-financeiro ao sector, vêm tornando o turismo uma actividade altamente apelativa para os responsáveis pelo desenvolvimento de regiões do interior, incluindo, como vimos, os primeiros responsáveis da Administração Local.

Esta adesão, nalguns casos mesmo verdadeira conversão dos autarcas do interior ao turismo como “impulsor, como o desatoador do atraso” (X. S. Solla, 99: 151), embora legitimada / legitimável pela lógica dos pressupostos em que assenta e por resultados que, em diferentes medidas, os concelhos de incidência do nosso estudo têm vindo a registar, há-de, ainda assim, “temperar-se” num confronto sistemático e reflectido com as realidades em jogo.

Entre as prioridades desse confronto inscrevem-se, desde logo, as questões de escala – humana, territorial e económica - da unidade administrativa concelho, e a importância que lhes corresponde na hora de definir estratégias, planejar acções e afectar meios, por regra escassos, para o desenvolvimento do turismo nas regiões em causa e, por via dele, para o desenvolvimento global das mesmas.

Por sua vez, as similitudes genéricas e a relativa fragilidade dos recursos / atractivos que os autarcas identificam como o eixo sobre o qual se virá a desenvolver a actividade turística nos seus concelhos, para além de reforçarem a necessidade invocada no ponto anterior, de se equacionarem as questões da escala concelhia, devem também ser reflectidamente ponderadas face a um mercado altamente competitivo, em que cada vez mais se procura e valoriza o que é (ou parece ser) único, exótico, inédito ou extraordinário.

A consideração destas e doutras questões que fomos levantando ao correr do texto parece-nos ser condição necessária para se lograr um desenvolvimento do turismo que, além de sustentado, possa constituir-se em componente de um processo de desenvolvimento multisectorial e integrado, capaz de assegurar a melhoria das condições e da qualidade de vida dos que escolham viver e trabalhar no interior do país.

Referências Bibliográficas:

Abad, H. G. (s/d) – “El Uso del Potencial Natural de los Paisajes como Recurso Turístico. Implicaciones Medio Ambientales” Escuela Superior de Turismo de Huesca, 12 pgs.

AMTAD (Ed.) (1997), “Estudo Estratégico para o Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro”.

ARDÍNIA (1999), “A Diversidade Regional é um Factor de Desenvolvimento” (entrevista com Braga da Cruz).ARDÍNIA, nº6, pp. 8-13.

Arell, N – 1997 - “The Evolution of Tourism in the Tarn Mountains: Arena and Actors in a Periphery”. Proceedings from a Seminar *Case Studies in Tourism in Peripheral Areas*. Bornholm, Sweden, 1997, pp. 135-155.

Blomgren, K. B. (1998) “Peripherality- Factor or Feature? Reflections on Peripherality in Tourism Research” *Progress in Tourism and Hospitality Research*, 4, pp, 319-336.

- CCE (1992). “Proposta Alterada do Conselho Relativa a um Plano de Acções Comunitárias Medidas Comunitárias a favor do Turismo”. JOCE, 12/5, pp 13-93.
- CCRA (1996) “Estudo Para a Definição de uma Base Económica para a Região do Alentejo. Abordagens Sectoriais e Domínios de Equipamento”vol II. CCRA, Évora.
- CCRA (1998), “AVNA – Acção de Valorização do Norte Alentejano”, Évora.
- CCRN (1998), “Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte” – 1ª versão.CCRN, Porto.
- CCRN (1998-a), “Contributos para a Preparação Do QCA III – Agrupamento de Municípios do Vale do Douro Norte”. CCRN, Porto.
- CCRN (1999), “Trás-os-Montes e Alto Douro. Diagnóstico Prospectivo e Orientações Estratégicas – Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006)”. CCRN, Porto.
- CEDRU (1992), “Estudo sobre a Região Transfronteiriça de Trás-os-Montes/Zamora, Alto Trás-os-Montes e Douro”. Relatório Final (segunda fase).
- CEDRU (1998) “Plano de Desenvolvimento Turístico de Norte Alentejano”, RTSM.
- ERENA (1995), “Estudo Sobre o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Transmontano – Ordenamento e Gestão dos Recursos Naturais”. Lisboa
- GEOIDEIA – Estudos de Organização do Território, Lda. e ESPAÇO & DESENVOLVIMENTO – Estudos e Projectos, Lda. (1999), “Estudo de Análise dos Mercados do Artesanato Tradicional do Norte Alentejano”, IEFP, Évora.
- GM – Gestão da Melhoria nas Organizações e ESPAÇO & DESENVOLVIMENTO – Estudos e Projectos, Lda. (1999), “Estudo Prévio para a Criação de um Plano Geral de Intervenção em *Terras do Condestável*”, ADI-TC.
- INZAMAC & TECOPY (1996), “Proyecto Desarrollo Turístico de los Arribes del Duero (Proyecto de Cooperación Transfronteiriza Câmaras del Nordeste Transmontano e Junta de Castilla y León).
- Marques, H. T. (1988) “Turismo e Autarquias” Cadernos Municipais, nº 48, pp 23-29.
- MEPAT (1997), “PROALENTEJO – Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo”.
- Mergulhão, Luís Filipe (1999), “Development, Human Resources and Tourism in a Sub-region of the North Alentejo”, Comunicação apresentada ao XII Summer Institute of the European Regional Science Association, “Tourism, Sustainability and Territorial Organization”, Faro, 4-10 July.
- Quatenaire (1996), “Estudo Estratégico para o Desenvolvimento do Douro e Trás-os-Montes”. Porto.
- Ribeiro, Manuela (1998), “Turismo Rural e Desenvolvimento na Região do Douro – Processos e (alguns) Resultados da Evolução Recente do Sector”. Douro. Estudos e Documentos, nº 6, 25-49.
- Ribeiro, M. (2000), “Procuras Urbanas, Ambiente(s) e Desenvolvimento das Regiões do Interior”. Comunicação apresentada ao Foro “Desarrollo Local en los Municipios de Frontera”, organizado pela Fundação Rei Afonso Henriques, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Bragança, 21 e 22 de Março de 2000.
- Ribeiro, Manuela e Francisco Diniz, (1995), “Turismo Rural enquanto Alternativa de Desenvolvimento de Regiões Desfavorecidas – Potencialidades e Limites”.

Comunicação apresentada ao 3rd International Congress of the Mediterranean Association of Tourism, Estoril, Portugal, 20-22 April.

Ribeiro; M. e Carlos Marques, (1999), "Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas. Between Rhetoric and Practice" Comunicação apresentada ao XII Summer Institute of the European Regional Science Association, "Tourism, Sustainability and Territorial Organization", Faro, 4-10 July.

Silva, J. A., L. F. Mergulhão, et al (1999), "Valorização dos Recursos Humanos Para o Sector do Turismo nos Concelhos Fronteiriços do Norte Alentejano", ARAYAL/IEFP.

Solla X. S. (1999) "Reflexións en Torno ó Papel do Turismo no Desenvolvimento Local". Actas del Seminário internacional sobre Perspectivas de desarrollo en Iberoamerica, 3-7 Mayo, 1999, Santiago de Compostela , pp. 149-165.

SPIDOURO – Quatenaire – ADDS (1999), "Douro Superior- Arqueologia e Arribas". Candidatura P.I.T.E.R. do Douro Superior.

SPIDOURO – Quatenaire, ADRAT (1999), "Alto Tâmega - Termalismo, Ruralismo e Património". Candidatura P.I.T.E.R. do Alto Tâmega e Barroso.

SPIDOURO (1999), "Douro - O Rio, A Vinha e o Vinho". Candidatura P.I.T.E.R. do Douro.

Viñals Blasco, M. J. (1999). "Los Espacios Naturales y rurales, Los Nuevos Escenarios del Turismo Sostenible". M. J. Viñals Blasco y A. Bernabé Garcís (eds.) TURISMO EN ESPACIOS NATURALES Y RURALES , Univ. Politecnica de Valencia, pp. 13-34.